

## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL  
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER: Luiz Fries  
DIRETOR DE REDAÇÃO: Sérgio Dávila  
SUPERINTENDENTES: Carlos Fonce de Leon e Judith Brito  
CONSELHO EDITORIAL: Fernando Damasceno, Helio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pessio Arão, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luis Fries e Sérgio Dávila (secretário)  
DIRETOR DE OPINIÃO: Gustavo Fátu  
DIRETORIA EXECUTIVA: Alexandre Bonazco (financeiro, planejamento e novas negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benes (comercial)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Mais corrupção

Piora do Brasil em ranking global decorre de um pacto de impunidade entre políticos e autoridades

Não há de ter causado surpresa a piora acentuada do Brasil no mais recente ranking de percepção da corrupção divulgado pela Transparência Internacional. Na relação de 2023, o país perdeu dez posições e apareceu na desonrosa 124ª colocação, entre 180 nações avaliadas. O levantamento anual da renomada organização computa o resultado de questionários aplicados a especialistas e executivos de empresas sobre como percebem a corrupção nos países em que atuam. É um modo engenhoso de tentar aferir um fenômeno que escapa das contabilidades oficiais.

A trajetória do indicador brasileiro corrobora a impressão de que as expectativas sobre a prevenção e a punição dos crimes do colarinho branco atingiram o pico em 2014. Naquele ano fora deflagrada a Operação Lava Jato, na esteira do julgamento do mensalão, que condenou à prisão figuras antes tidas como intocáveis pela lei penal. Já no fim da década passada, o escorço do Brasil havia baixado para o nível em que se arrasta desde então. Tirou nota 36, de um máximo de 100, no primeiro ano do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Perdeu dois pontos em relação a 2022, enquanto a percepção sobre outras nações melhorou, daí a queda no ranking.

No relatório em que apresentou os dados de 2023, a Transparência Internacional mostra-se solida-

mente informada sobre as causas da deterioração brasileira. O pacto da impunidade é uma obra coletivamente empreendida por representantes de todo o espectro político-partidário e ideológico, holonistas e petistas, juizes e congressistas, autoridades e oligarcas. A corrosão da autonomia do procurador-geral da República iniciou-se com Jair Bolsonaro (PL), que desprezou a lista triplê de servidores do Ministério Público para nomear Augusto Aras. Lula seguiu os passos do seu antecessor no Palácio para ungir Paulo Gonet.

O petista também se manteve alinhado a Bolsonaro ao priorizar lealdade e compadrio político nas escolhas para o Supremo Tribunal Federal. A corte reverteu, num assalto de julgados elevados do poder, várias decisões e teses que puniam e desestabilizavam maracatu nas camadas elevadas do poder.

O Congresso perdeu a compostura e encheu-se de verbos com controle próprio, difíceis de rasgar. Os partidos se loquearam de dinheiro dos impostos, e seus chefes movimentaram R\$ 5 bilhões nas eleições municipais deste ano. Tudo isso ajudou a multiplicar as oportunidades de negociações com orçamentos e regramentos estatais e a reduzir a probabilidade de dos delinquentes terminarem na cadeia. O Brasil voltou a ter um solo mais fértil para a corrupção.



Leonardo Azeite e Tiago Oliveira

## O segredo sujo da corrupção

Helio Schwartzman

O Brasil piorou sua posição no ranking anual de percepção da corrupção da ONG Transparência Internacional. O país ocupa o 124º lugar entre as 180 nações avaliadas.

Medir a corrupção esbarra num problema óbvio. Corruptos e corruptores têm todo interesse em permanecer nas sombras. É só quando cometem algum erro e o esquema é descoberto que vai para os registros. Como é razoável imaginar que a taxa de sucesso não seja das mais baixas, o grosso fica fora do radar.

A Transparência tenta contornar a dificuldade recorrendo a uma medida indireta, que é a percepção da corrupção. "Esse é o pericúpi" ("ser é ser percebido"), já assegurava Berkeley. Só que Berkeley leva o idealismo longe demais. Há situações em que realidade e percepção diferem. Isso não invalida esforços como o da Transparência, mas deve nos fazer interpretar (perceber) seus achados com um grão de sal.

A corrupção varia em escopo e penetração. Há países em que nenhum cidadão consegue acessar um ser-

viço público, como hospital ou creche, sem molhar a mão de alguém, e há outros, como o Brasil, em que as negociações se concentram nas altas esferas. No primeiro caso, a percepção é bem direta, no segundo, passa por intermediários, como órgãos de investigação, mídia e o próprio clima político.

A avaliação da Transparência é que a piora brasileira se deveu ao desmonte das instituições de controle. O processo atingiu o ápice sob Bolsonaro, e o governo atual pouco ou nada fez para reconstruí-las.

O segundo sujo em torno da corrupção é que ela perdura porque funciona. Como gosto de dizer, é a segunda melhor forma de organização da sociedade. O ideal seria um sistema no qual tudo se dá de acordo com regras impessoais. A dinâmica talvez esteja perto disso. Mas, para nações menos escandinavas, a corrupção é preferível a um regime no qual tudo depende do capricho de autoridades ou em que "concorências" são decididas à balai.

helschwartz.com.br

## Lula cutuca uma briga feia

Bruno Boghossian

Lula cutucou uma disputa que evoluiu de intriga para briga feia entre a Abin e a Polícia Federal. Ao comentar as investigações que miram o órgão de inteligência, o presidente alertou que a PF não deveria fazer "show protetivo" em suas ações. Na sequência, o petista se viu acusado por "outro lado" de admitir sua desconfiança em relação à agência.

O recado de sinceridade do presidente da conta do tamanho do problema que os dois aparelhos estratégicos representam para o governo. Lula tem hoje uma Polícia Federal que se lançou numa cruzada para derrubar a cúpula da Abin. A chefia da agência, por sua vez, foi contaminada por acusações de arapongagem com fins políticos.

Em cerca de um minuto, o petista fez um diagnóstico bruto sobre a Abin. Disse que "nunca está seguro", afirmou que escolheu um delegado da PF para dirigir a agência porque "não conhecia ninguém". Identificou e reproduziu a suspeita de que o número dois do órgão atuou para blindar o grupo de Alexandre Ramagem.

Um presidente que descreve assim o departamento de inteligência do governo poderia extingui-lo no dia seguinte. Lula preferiu passar uma mensagem de insatisfação com o órgão que abriga um braço de espionagem a serviço de Jair Bolsonaro. Além disso, reforçou a percepção de que o bolsonarismo continua presente em postos sensíveis.

O próprio Lula posicionou na guilhotina o peixeço do número dois da Abin. afirmou que não haveria clima para "esse caladão" continuar no cargo se fossem comprovadas acusações de obstrução. A demissão saiu no fim do dia. Mas o mesmo Lula segurou os ânimos da PF ao manifestar "muita confiança" em relação ao chefe da agência e dizer que se precisasse combater as investigações.

Dentro dessa guerra, as críticas do petista à espetacularização de ações da PF, embora recorrentes, ganham um sentido particular. Num momento em que os investigadores parecem mais do que dispostos a avançar sinais, o presidente tenta, ao menos, evitar novos danos desnecessários.

## Pode censurar hashtag?

Mariliz Pereira Jorge

Cerca de 150 pessoas foram processadas por um juiz pelo uso nas redes da hashtag #estuproculposo. O magistrado, titular na 3ª Vara Criminal de Florianópolis, absolveu o réu, acusado de estupro. Uma reportagem publicada pelo The Intercept usou a expressão que viralizou.

A autora da matéria foi processada pelo juiz e pelo promotor que alegam danos morais porque o termo não teria sido usado no processo. A sentença foi de seis meses de prisão e R\$ 200 mil de indenização a cada um. Sim, a jornalista foi condenada. A juíza entendeu que houve crime de difamação porque ela atribuiu ao magistrado uma tese inexistente de "estupro culposo".

Agosto já rubson Marcos foi parrama de usuários das redes que engrossaram o coro que repudiava a absolvição do réu, com a tal hashtag. Ele alega danos à sua imagem, honra e carreira. Entre os processados há gente conhecida minha, além de políticos, como a deputada Maria do Rosário e Luciana Genro, e artis-

tas como Tati Werneck, Ivete Sangalo e Patrícia Pillar.

O juiz pede fazer isso? Pode. Mas é absurdo um agente público acionar cidadãos, ainda mais por hashtag. E ónus do exercício da profissão receber críticas, ainda mais se estritas a sua atuação. Com essa medida, ele apenas sobrecarrega a estrutura do Estado, que deveria se dedicar a questões importantes e não se ocupar do ego melindrado de seus integrantes.

Críticas ajudam a melhorar o exercício profissional e legitimam o processo democrático, por isso a defesa da liberdade de expressão deveria ser abraçada por todos, inclusive por aqueles que agora reclamam de censura. Ou por outros que gostam da hashtag #alavazMachucam. Quem diz ou posta o que pensa tem a ingratidão de se manifestar também em defesa daqueles de quem não gosta, incluindo burocratas preconciosos. Ainda é preferível lidar com a estupeção política a qualquer autocracia, como a de Jesse Zé de 3ª Vara.

## O protesto dos franceses

Deirdre McCloskey

Economista, a professora americana de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escrita de quebras.

Os agricultores franceses estão novamente em ação. Eles bloquearam as principais rodovias, despejaram estercos em alguns lugares, iniciaram incêndios em órgãos do governo em protesto porque acreditam que o Estado francês não os está protegendo de modo suficiente.

Eles fazem isso habitualmente. Desta vez, estão protestando contra a queda dos preços, o aumento dos custos, a concorrência de outros agricultores europeus, a lei ambiental e a burocracia oficial.

"Não nos façam competir", é o argumento. "Temos o direito de ganhar a vida, mesmo estando mal preparados para isso".

O setor de laticínios, por exemplo, é protegido em todos os países do mundo. A produção de leite sempre é local, até certa medida, e seu localismo a torna boa para fazer lobby local.

Nos Estados Unidos, Wisconsin, Vermont e outros lugares protegem ferozmente os seus produtores de leite, e o governo federal também faz a sua parte.

O presidente Emmanuel Macron defende a si mesmo como liberal, mas ele também é francês e tem de ceder ao estatismo secular de seu país.

Seu primeiro-ministro, Gabriel Attali, declarou a respeito dos protestos que "o governo recebeu a mensagem em alto e bom som" e acrescentou que a agricultura é sua prioridade número 1. "Vamos agir em todas as frentes. Decidimos colocar a agricultura acima de qualquer outra coisa", afirmou.

Os protestos e a reação do Estado são vergonhosos. Os agricultores franceses não são pobres. E mesmo que o fossem — "sofredores", como explicou um policial para justificar a inação da polícia contra os manifestantes — esses agricultores não teriam um lugar especial na fila antes de todos os outros pobres, "acima de tudo".

Mas o público francês apóia os agricultores e o Estado em pânico. Mais uma vez, é universal. Lembramos-nos de nossas raízes rurais e romantizamos a vida no campo. Os japoneses são especialmente radicais nesse sentido. Os públicos francês e japonês se dispõem a proporcionar vantagens aos agricultores. E estes se dispõem a aceitar. Os agricultores brasileiros não são diferentes. O seu precatório é o meu lucro.

Mas existe uma teoria mais profunda que o mero egoísmo ou a soma zero. É a crença em que, de alguma forma, para o país prosperar, cada um precisa contribuir com uma grande economia que subsidia a agricultura. Há um Fundo da Sala dos Fundos, perpetuamente disponível para ser atacado para pagar a qualquer teoria da função tentada todo tipo de negligência em gastos públicos e apropriação do público.

Não existe esse fundo.

## Dengue anunciada

Explosão de casos era previsível; agilizar burocracia para vacinar pelo SUS poderia ter salvado vidas

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) causou algum burburinho com uma mal disfarçada referência em publicidade sobre a dengue, a operação da Polícia Federal que teve como alvo o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ).

Em vez de usar o grave problema de saúde pública para política contra rivais do presidente, a gestão petista deveria ter tomado medidas de precaução para a explosão anunciada da doença.

Como mostrou a Folha, a partir de dados do Ministério da Saúde, oito estados e o Distrito Federal mostraram taxa de 100% ou mais de casos neste início de ano. A região Sul apresentou 266 diagnósticos de dengue na primeira quinzena de janeiro, o que representa um salto de 98% em relação ao período correspondente de 2023. No Brasil, o aumento foi de 125%, passando de 27,276 no ano passado para 55,84.

A alta é comum no início de cada ano, com pico em março. A explosão da doença em janeiro de 2024 está fora da curva, contudo foi praticamente prevista pela Organização Mundial de Saúde. Em janeiro do ano passado, a OMS emitiu alerta sobre "ameaça pandêmica" da dengue. Em julho, apontou que 2023 poderia ter mi-

meros recortes no mundo devido ao El Niño, que eleva temperaturas e intensidade de chuvas. A população global tem como mudança climática, urbanização crescente e aumento de circulação de pessoas. Desmatamento e saneamento precário também elevam taxas de contaminação.

No Brasil, quase 50% da população não tem acesso a redes de esgoto, e a derrubada de matas para construção de moradias irregulares grava nos centros urbanos. Se medidas em infraestrutura de saneamento não forem tomadas de imediato, como campanhas de conscientização, vigilância de habitações, incremento logístico de pessoal nas redes de atendimento e distribuição de vacinas. Nesta última, porém, o governo não falhou fragorosamente.

Em março de 2023, a Anvisa permitiu a venda de imunizante japonês Qdenga. Mas o processo kafkiano que desmuniu a oferta pelo SUS só foi concluído em dezembro.

Agora, a farmacêutica só consegue entregar 5 milhões de doses até novembro. Como são necessárias duas doses, apenas 4,5 milhões de brasileiros serão imunizados. Fica o aprendizado de conhecimento por parte da população na área da saúde colada vidas em risco.